

MAPA DO ASSOCIATIVISMO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CRISTINÁPOLIS/SE

Patrícia Oliveira dos SANTOS (1); Karine Elizânia de JESUS (2); Andreza de Faria SANTANA (3); José Franco de AZEVEDO (4); Juciara Torres FRANCO (5)

- (1) Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão, Aluna Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior
- (2) Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão, Aluna Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior
- (3) Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão, Aluna Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior
- (4) Pesquisador do Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão, Rua Monsenhor Carlos Costa, 212, Bairro Santo Antonio, Cep 49060-450, Aracaju/SE, e-mail: franco@eafsc.gov.br
- (5) Professora da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe, Rua Monsenhor Carlos Costa, 212, Bairro Santo Antonio, CEP 49060-450, Aracaju/SE, e-mail: jucitorres@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a dinâmica de funcionamento das organizações do tipo: associação e sindicato rural de agricultores familiares no município de Cristinápolis/SE. Para tanto, diversas variáveis foram analisadas, como: ano de fundação das entidades, número e variação nos quadros societários e a qualidade da participação, definida a partir dos critérios de representatividade, legitimidade, participação de base e auto-sustentação dos projetos implantados pelas organizações. Adota-se como metodologia neste estudo a pesquisa de campo predominantemente qualitativa, com o objetivo de conhecer o processo e não simplesmente resultados e produto; foram entrevistados 21 dirigentes de organizações formais de agricultores e esta mesma quantidade de agricultores associados a essas entidades na condição de que não fizessem parte das atuais diretorias. Verifica-se que o Estado tem sido o principal agente fomentador na criação das organizações visando a implantação de políticas públicas.

Palavras-chave: Organizações, Participação Coletiva, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

As organizações que têm como base a integração dos associados por meio de uma estrutura organizacional própria à autogestão e de processos sociais de participação coletiva vêm, em tempos de grandes mudanças da ordem econômica, apresentando-se como alternativa capaz de responder aos desafios impostos pela sociedade moderna nos diferentes espaços e atividades.

Contudo, uma pergunta precisa ser respondida: se a participação coletiva nas organizações apresenta-se como importante instrumento para garantir conquistas, por que uma grande parcela das pessoas não participa destas entidades? Muitas são as possibilidades de resposta, mas Avritzer (2004, p.11) afirma que a baixa propensão associativa no Brasil está ligada a fatores históricos com origem nas formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e uma ampla esfera privada, ambas fundadas na desigualdade social.

Evidencia-se que a não-participação associativa no país é superior à participação, apesar de os estudiosos do tema reconhecerem que há um crescimento da população associada. Avritzer (2004, p.33) apresenta algumas teorias que tentam explicar os motivos da não-participação, a exemplo da teoria de Olson (1965) na qual prevalece a opção individual das pessoas, sem considerar fenômenos da ciência política como a dominação e a desigualdade; a de McCarthy e Zald (1977) que atribui a não-participação à incapacidade de mobilização dos indivíduos associada ao controle de um conjunto de recursos que facilitam a participação, os quais

podem ser de diferente natureza, como tempo, recursos materiais ou até mesmo o conhecimento de pessoas que participam; e por fim, uma terceira teoria que atribui o pertencimento dos indivíduos a redes de participação como sendo a principal variável que explicaria tanto a participação quanto a não-participação. Nesses termos, qual a validade dessas idéias para analisar a dinâmica do associativismo entre agricultores familiares no Município de Cristinápolis?

Levando-se em conta essa problemática e considerando que em mercados competitivos e socialmente excludentes, as formas organizacionais apresentam-se como possibilidades de inclusão para indivíduos que, de forma isolada, pouco conseguem influenciá-los (Gerlach e Batalha, 2003), o objetivo desse artigo é analisar a dinâmica das organizações formais, do tipo associação de agricultores familiares do município de Cristinápolis/SE.

Destaca-se a crescente relevância desse tema na esfera local, considerando-se as pressões exógenas que os agricultores familiares ali vivenciam em decorrência das ameaças que rondam a principal atividade produtiva no espaço rural (produção de laranja) face às exigências da legislação agrícola para a produção certificada de mudas e a concorrência de mercado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

O município de Cristinápolis localiza-se na região extremo Sul do estado de Sergipe, limitando-se ao norte com os municípios de Umbaúba e Itabaianinha; ao sul, com o Estado da Bahia; ao oeste, com Tomar do Gerú e ao leste com o município de Indiaroba. Está distante a 115km da capital do estado, Aracaju. A sede do município possui uma altitude de 120 metros e coordenadas geográficas: 11°28'37" de latitude sul e 37°45'43" de longitude oeste (IBGE).

Tem uma população de aproximadamente 15.101 mil habitantes, dos quais 6.722 residem na zona urbana e 8.379, na zona rural. Ocupa uma área de 251,3 km² (IBGE 2000), e caracteriza-se pela forte presença da agricultura familiar e pelo cultivo de laranja como sua principal atividade econômica.

Possui clima megatérmico úmido e sub-úmido, temperatura média no ano de 24,2° C, precipitação pluviométrica média anual de 1.420,4 mm e período chuvoso de fevereiro a agosto. O relevo da região está representado pela Planície Litorânea (planícies marinhas, fluvio-marinhas e fluviais); Tabuleiros Costeiros (englobam relevos dissecados em colinas e interflúvios tabulares) e a superfície dos rios Cotinguiba e Sergipe (feições dissecadas em colinas cristas e interflúvios tabulares). Os solos são do tipo Pdzólico vermelho amarelo e Planosol que fixam vegetações do tipo Capoeira e Caatinga (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000).

2.2 Metodologia

O estudo realizou-se a partir de pesquisa de campo predominantemente qualitativa, com o objetivo de conhecer fundamentalmente o processo e não simplesmente resultados e produto (Trivinõs, 1987). Foi realizado com base no levantamento de dados primários (entrevista semi-estruturada e história oral¹) e secundários (revisão bibliográfica e de estatísticas) no período de março a junho de 2010. As principais variáveis analisadas são: ano de fundação das organizações, número de sócios, variação no quadro societário e a qualidade da participação; esta última, definida a partir dos critérios de representatividade, legitimidade, participação de base e auto-sustentação dos projetos adotados por Demo (2001, p.116).

Foram entrevistados 21 dirigentes de entidades formais de agricultores familiares do município de Cristinápolis (sendo 20 do tipo associação e uma do tipo sindicato), sendo também entrevistada essa mesma

¹ Para Mac Neill (1994), citado por Alencar (1999), a história oral nos permite considerar vários aspectos da história que não estão expressos nos documentos.

quantidade de agricultores associados a essas entidades com a condição de que não fizessem parte das atuais diretorias, com o intuito de que fossem confrontadas todas as respostas dos agricultores dirigentes e não-dirigentes das associações, além de atores-chave de algumas entidades e fomentadores do processo associativo no município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Cristinápolis existem 21 entidades de organização social representativas dos agricultores familiares, sendo 20 associações e 1 sindicato. Observa-se que geograficamente as associações são bem distribuídas, abrangendo praticamente todos os povoados do município. Essas entidades congregam essencialmente agricultores familiares, definidos como aqueles que ao mesmo tempo são proprietários dos meios de produção e assumem o trabalho no estabelecimento produtivo (Wanderley, 1996). Desta forma adota-se o conceito de agroecossistemas² na escala dos estabelecimentos do tipo familiar.

Contudo, verifica-se que o crescimento do número de associações deu-se principalmente a partir de meados da década de 1980. O aumento do número de associações nesse período está diretamente relacionado com os benefícios promovidos pela primeira etapa do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, através da construção de sedes, galpões para máquinas, doação de veículos, entre outros.

O período de maior crescimento no número de associações foi à década de 1990, correspondente à implantação de políticas públicas que priorizaram beneficiar as pequenas comunidades rurais, como o Programa de Apoio Comunitário - PAC e do Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC, através do Projeto Nordeste em Sergipe - PRONESE.

Os projetos financiados pelo PAC, a exemplo das casas de farinha, construção de sede de associação, entre outros, tinham por objetivo contribuir para o processo de organização das comunidades bem como para o processo de tomada de decisões. Todavia, o PAC tinha a concepção de planejamento participativo e atendia às propostas apresentadas diretamente pelas associações comunitárias, enquanto o FUMAC exigia como pré-requisito a constituição dos conselhos municipais de desenvolvimento que aglutinassem as associações, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

Essa Constituição Federal orientou a criação de conselhos especiais para garantir o desenvolvimento social como forma de descentralizar e fortalecer o poder municipal. Ela define como mecanismos para o controle social os Conselhos e as Associações.

Segundo Andrade (2004, p.240), esse redirecionamento se deu em virtude do “esgotamento do padrão centralizado de formulação de políticas, característico do estado brasileiro, provocou a transferência da competência de planejamento das ações governamentais para o nível mais descentralizado de governo: o município”.

Apesar da mudança de concepção prevista pela Constituição Federal de 1988, o que se verifica, segundo Lisboa (1999, p.58), é um condicionamento a políticos locais em busca de favores, estabelecendo-se uma transferência de responsabilidades, posto que as comunidades deveriam reivindicar bens de infra-estrutura básica ou produtiva, ainda não presentes nas localidades.

Nesse sentido foi possível detectar que várias associações recebem interferências de vereadores do município, ex-vereadores, ex-prefeitos, secretários municipais; o que se dá, segundo Demo (2001), porque os movimentos comunitários são mananciais importantes de votos e cabos eleitorais.

Para entender o “boom” associativista é preciso partir de um conjunto de questionamentos: Qual o objetivo, interesse e forma de organização para a criação dessas associações? Abertura política? Conjunto de problema

² Segundo Marten (1987), é um complexo de ar, água, solo, plantas, animais, microorganismo e tudo mais que estiver na área e tenha sido modificado pelo homem para propósitos de produção agrícola. Pode ter um tamanho específico, pode ser um campo, uma fazenda ou uma paisagem agrícola de uma cidade, região ou nação.

de difícil solução quando tratado individualmente? Política governamental? Descrédito no sistema cooperativista? (Melo, 2005, p.94).

Percebe-se, através do estudo, que parte das associações foram fundadas por incentivo ou exigência de órgãos públicos de assistência técnica e de instituições financeiras, com o objetivo de facilitar a implantação de programas governamentais de desenvolvimento comunitário.

Em geral, a variação no quadro societário das associações está relacionada a fatores endógenos e exógenos. Do ponto de vista interno, pode-se atribuir esse fato ao poder de organização das entidades; nas relações interpessoais entre dirigentes e associados, assim como na importância atribuída aos projetos pelos sócios. Externamente, um aspecto que tem influenciado para essa oscilação é a força política de quem “apadrinha” a organização, facilitando a liberação de projetos. E como há pouca discussão interna sobre a importância das organizações, o que passa a prevalecer são os benefícios conquistados.

É visível a fragilidade do ponto de vista da democracia nas organizações da área de estudo. Para analisarmos essa questão, adotamos o conjunto de critérios estabelecido por Demo (2001, p.116): representatividade, legitimidade, participação da base e auto-sustentação. Visto que por meio desses critérios é possível descortinar, a qualidade política de associações, qualidade esta entendida aqui como característica processual, que fenômenos participativos precisam apresentar, em termos de conteúdos, fins, para além das instrumentações formais.

Quanto à representatividade dos dirigentes das organizações, ela depende das condições nas quais esses indivíduos tenham sido eleitos; se obteve uma expressiva votação e se foram levados em consideração no processo eleitoral os princípios democráticos, como voto universal e livre. Do ponto de vista da democracia, é importante a disputa de chapas com debate de idéias, evitando sempre que possível a eleição com a participação de chapa única, embora em alguns momentos a chapa única seja a melhor opção, caso represente o consenso, principalmente se a organização estiver fragilizada ou iniciando suas atividades.

Vários foram os relatos de que apesar de os atuais presidentes das associações terem sido eleitos de forma direta, há anos estão no cargo porque não surgem novos candidatos com pretensão de disputar o mandato; e por isso se reelegem. Dessa forma fica prejudicada a disputa de idéias, uma vez que não existe embate político.

Entretanto, percebe-se que a lógica não é bem essa, visto que alguns dirigentes partidarizam as entidades visando aos seus interesses pessoais, dando suporte eleitoral a candidatos a cargos eletivos municipais, e em contrapartida são beneficiados pela própria estrutura de Estado. Isto contribui muitas vezes para que os atuais dirigentes não tenham interesse em preparar outros sócios com vistas à renovação das diretorias das entidades, ou quando muito repassam o cargo para uma pessoa de sua família.

No tocante à legitimidade que se refere à qualidade política do processo participativo, ela depende do respaldo legal das ações a serem encaminhadas pelos dirigentes das organizações. Para tanto, é preciso que o código disciplinador, o estatuto, seja cumprido e tenha como base o estado de direito³.

As associações são regulamentadas pelos seus estatutos, que definem todo o seu funcionamento. No entanto, percebe-se que em geral os estatutos não foram elaborados com a participação dos sócios nem são levadas em conta as especificidades de cada grupo de agricultores, mas que seguem modelos elaborados externamente. Além disso, fica evidenciado, conforme os depoimentos, que em algumas ocasiões as diretorias das associações não cumprem o estatuto.

A participação dos sócios nos fóruns deliberativos das organizações é de fundamental importância, visto que é com base nessas deliberações que os dirigentes devem atuar; afinal, eles são representantes da base. O número de sócios participantes e o tipo de participação servem de parâmetro para verificarmos, conforme já mencionamos anteriormente, o tipo de associativismo praticado.

³ Estado de direito diz respeito ao conhecimento dos associados em relação aos seus direitos e deveres.

É importante ressaltar que a associação com maior poder de reivindicação nem sempre é aquela que tem um maior número de sócios, mas sim a que consegue mobilizar seus membros. O que é indispensável é a intensidade participativa, a coesão organizada e compromissada ideologicamente, a realização conjunta de um projeto comum, sentido e definido como comum, na vibração da identidade de propósitos, de passado e de futuro.

De acordo com Demo (2001, p. 119), há uma grande diferença entre ser sócio e ser membro de uma associação. O primeiro diz respeito a um mero clube, numa relação frouxa na qual o título se compra e se vende com a finalidade lúdica, sem enxergar compromisso político de profundidade. Já o termo membro, significa parte integrante, consciente, compromissada, o verdadeiro dono e a autêntica origem da associação. Com base nesta definição constata-se que nas associações de Cristinápolis existe um percentual maior de sócios que de membros.

Outro importante aspecto de uma organização diz respeito à sua auto-sustentação, ou seja, os processos políticos não podem resumir sua qualidade somente na dimensão política. A emancipação é uma postura política que demanda especificamente organização política, mas não sobrevive apenas com idéias, compromissos, ideologias, mobilizações, etc.

É importante não confundir assistencialismo com a auto-sustentação. Enquanto a primeira forma apresenta-se como estratégia de manutenção e fomento da pobreza. – fato que comumente se percebe através das políticas públicas para a agricultura, esta bastante prejudicial para a formação de uma visão crítica da realidade pelos agricultores, – a segunda, auto-sustentação, é o apoio estatal necessário para que um determinado grupo consiga desenvolver um determinado projeto comunitário. Segundo Demo (2001, p. 55), “saber usar o Estado é um direito popular. Submeter-se a ele como massa de manobra é uma outra coisa, o contrário de participação”.

Ainda segundo esse autor, os obstáculos mais ferozes para os processos participativos são as iniciativas assistencialistas por parte do Estado e dos grupos dominantes porque visam concretamente desmobilizar os movimentos populares e reproduzir refinadamente controles sociais. Agem na esfera socioeconômica, sobretudo pelo fato de que geralmente geram impactos imediatos e seguros. Trata-se das doações de bens, de favores de empregos, de regalias que transformam potenciais cidadãos em comparsas da mesma trama histórica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o Estado tem exercido um papel imprescindível como agente fomentador no processo de espacialização das associações rurais, através de políticas públicas. Assim como, tem exigido para o atendimento a agricultores familiares através de políticas públicas a organização deles em associações, generalizando as ações e dificultando o contato individual de cada agricultor com os agentes externos.

Cabe ressaltar que esse crescimento no número de associações está relacionado à implantação de programas estatais, sobretudo por meio do PAC e FUMAC. Os principais benefícios adquiridos pelos agricultores através das associações foram: crédito bancário (custeio e investimento); eletrificação rural; saneamento; construção de moradias; assentamentos; aquisição de máquinas e implementos agrícolas; construção de casas de farinha; construção de agroindústria e aquisição de animais.

Outro importante aspecto observado diz respeito ao endividamento do agricultor familiar, provocado pelos empréstimos bancários adquiridos através das associações, o que tem contribuído para o seu afastamento temporário das entidades.

5 AGRADECIMENTOS

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – Fapitec/SE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, I. A. L. Conselhos de desenvolvimento rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local?. In: Schneider, S. et al. (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AVRITZER, L. O associativismo na cidade de São Paulo. In: Avritzer, L. (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. p. 11-57.
- AZEVEDO, J. F. & MOTA, D. M. **Mapa do associativismo do município de Simão Dias/SE**. Artigo apresentado na SBSP, Aracaju, 2004.
- AZEVEDO, J. F. & MOTA, D. M. **Mapa do associativismo dos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória/SE**. Artigo apresentado na SBS, Recife, 2007.
- BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. **Organização dos pequenos produtores**. Brasília: Embrapa, 1999. (Série Agricultura Familiar).
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001.
- FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. Ijuí, p.1-18, 2003.
- GERLACH, F. R.; BATALHA, M. O. **Organização da produção e perfil das associações paulistas de produtores de leite**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23, 2003, Ouro Preto. Anais...Ouro Preto: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2003. p. 221.
- IBGE – **Censo demográfico 2000**.
- LISBOA, J. B. **Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política**. Dissertação de Mestrado em geografia: NPGeo/UFS, Aracaju, 1999.
- MELO, R.C. **A espacialização das associações comunitárias no município de Malhador/SE: estratégias de permanência da unidade de produção familiar**. Dissertação de Mestrado em Geografia: NPGeo/UFS, Aracaju, 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.